

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.577 - MG (2019/0303715-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANDRESSA ANDRADE LIRIO
ADVOGADO : ANDRESSA ANDRADE LIRIO - MG125225
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MATHEUS HENRIQUE DE PAULA MACHADO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MATHEUS HENRIQUE DE PAULA MACHADO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n. 1.0000.19.099708-0/000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente, em 14/08/2019, por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 (associação para o tráfico).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, o qual foi denegado, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fl. 22):

"HABEAS CORPUS"- TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - ARGUMENTOS DE ORDEM FÁTICA IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA ESTREITA VIA DO "WRIT" - PRISÃO PREVENTIVA - REVOGAÇÃO - INVIABILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS - DECISÃO FUNDAMENTADA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIENTES PARA A CONCESSÃO DA LIBERDADE - OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - INOCORRÊNCIA - ORDEM DENEGADA.- Os argumentos de ordem fática não são passíveis de serem analisados na estreita via do "writ" , pois demandam dilação probatória. - Presentes os requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, a manutenção da segregação cautelar é medida que se impõe. - A gravidade concreta dos delitos em tese praticados pelo paciente, demonstrada pela grande estrutura operacional montada para a realização do tráfico drogas, participação de menores e considerável extensão territorial da comarca afetada pelo grupo evidencia a periculosidade do agente, justificando a manutenção de sua custódia cautelar como forma de garantia da ordem pública. - Se a decisão "a quo" estiver calcada em elementos concretos do caso,

Superior Tribunal de Justiça

incabível é a alegação de ausência de fundamentação. - A presença de condições pessoais favoráveis ao paciente não autoriza, por si só, a concessão da liberdade provisória. - O princípio da presunção de inocência não impede que medidas sejam aplicadas ao réu, mesmo antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que sejam de cunho cautelar, necessárias e provisórias.

No presente *writ*, a impetrante defende a inexistência de fundamentos para a manutenção da prisão preventiva, afirmando que a decisão é genérica. Saliente a existência de condições pessoais favoráveis. Sustenta a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão cautelar, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

